



CASO MASTER

Influenciadores ajudaram perfis de direita

Investigação para apurar ataques coordenados ao Banco Central aponta que perfis também teriam sido contratados para engajar políticos conservadores nas redes sociais. Polícia Federal entregou relatório preliminar ao STF

» IAGO MAC CORD
» LUANA PATRIOLINO

A suspeita de contratação de influenciadores digitais para atacar o Banco Central — após a liquidação extrajudicial do Banco Master — trouxe para o inquérito outras frentes de investigação. A Polícia Federal identificou um ecossistema digital composto pelas chamadas “páginas de fofoca” que, somadas, alcançam mais de 70 milhões de seguidores, além do uso dessas redes para promover figuras políticas de direita na internet.

No relatório preliminar entregue ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, relator do caso, a PF citou a suspeita de contratação das agências de marketing MiThi, Portal GroupBR, Agência Grupo Farol, Deu Buzz, Mynd8 e a Eleven. Foram mapeados cerca de 40 perfis que teriam sido contratados para disseminar críticas à autoridade monetária entre 9 de dezembro e 6 de janeiro.

O documento indica que a mesma rede pode ter sido empregada para promover figuras políticas de direita, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG). Foram rastreados pagamentos entre novembro do ano passado e janeiro deste ano.

As suspeitas sobre a suposta campanha negativa contra o BC surgiram após denúncias de influenciadores que disseram ter sido abordados com propostas financeiras para gravar vídeos com críticas à autarquia. O objetivo seria criticar a liquidação do Master e colocar em xeque a credibilidade do Banco Central.

A apuração iniciou-se após a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) identificar um volume atípico de publicações nas redes sociais relacionadas ao processo de liquidação, em novembro do ano passado. Os influenciadores Rony Gabriel e Juliana Moreira Leite afirmaram ter recebido propostas para postar em seus perfis discursos em defesa da instituição de Vorcáro.

O objetivo seria colocar em dúvida a credibilidade do BC, alegando que a liquidação foi “precipitada” e que prejudicaria a população. Os investigadores apontam que o financiamento das publicações pode ter partido de empresas de Vorcáro e casas de apostas on-line, como 7GamesBet — ligada a Fernando Oliveira Lima —, VaiDeBet

Divulgação



Corporação abriu inquérito para apurar se perfis foram pagos para atacar o Banco Central após o processo de liquidação da empresa de Daniel Vorcáro



O contexto digital não descaracteriza a prática, apenas altera o meio de execução, podendo, inclusive, agravar a repercussão do crime, sobretudo quando se utiliza tecnologia para amplificar o impacto”

Matheus Puppe, advogado

— controlada pelo cantor Gustavo Lima — e ZeroUm.Bet.

A PF fez uma análise preliminar das postagens e identificou possíveis crimes. Ao Supremo, justificou que a abertura do inquérito é para apurar se houve uma ação orquestrada — e paga

— contra o Banco Central. A investigação é conduzida pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor) e tramita sob sigilo no âmbito da corporação. Com isso, a polícia poderá tomar depoimentos e analisar mais profundamente o material colhido.

A defesa de Daniel Vorcáro negou a contratação de influenciadores e informou que ele não “tem qualquer relação com a contratação ou difusão de fake news, tampouco com campanhas digitais de difamação contra autoridade pública”.

A Operação Compliance Zero da PF indica que o Banco de Brasília (BRB) realizou operações consideradas irregulares com o Master numa tentativa de dar fôlego à instituição, enquanto o Banco Central analisava a proposta de aquisição. O BRB chegou a formalizar a oferta em março deste ano, mas o negócio foi vetado pelo BC.

Segundo as apurações que embasam a operação, o Master teria tentado vender R\$ 12,7 bilhões em carteiras de crédito falsas ao banco público e tentou justificar a

operação junto à autoridade monetária com documentos falsificados. Os investigadores apontam que integrantes da cúpula dos dois bancos produziram cerca de 20 títulos fictícios para dar aparência de legalidade à transferência de valores realizada entre janeiro e maio de 2025.

Crimes digitais

O advogado Matheus Puppe, especialista em direito digital, destaca que ataques ao BC podem ser tipificados como crimes contra o sistema financeiro, caso afetem a credibilidade da autoridade monetária ou a estabilidade bancária. Caso seja confirmado que o objetivo era desestabilizar instituições, os envolvidos também podem responder por crimes contra o Estado Democrático de Direito.

“Isso pode se dar por meio de contratos de publicidade, ordens de serviço, notas fiscais, comprovantes de transferência e mensagens que revelem orientação de conteúdo. A prova pericial em dispositivos eletrônicos, somada a eventuais quebras de sigilo bancário e telemático autorizadas

judicialmente, é crucial nesse contexto”, explicou.

A advogada Laís Bergstein reforça que os ataques coordenados ao BC, mesmo em ambiente digital, podem configurar crimes contra o sistema financeiro nacional ou contra a ordem econômica. Isso ocorre se a desinformação for capaz de gerar instabilidade ou manipular informações de forma a abalar a confiança institucional.

Ela define que o limite da liberdade de expressão é ultrapassado quando a manifestação deixa de ser espontânea para ser financiada e ocultamente coordenada. Bergstein argumenta que a Constituição Federal não protege a “fraude informacional” ou campanhas estruturadas para manipulação econômica. Tais atos são vistos como abuso de direito, sujeitos a punição cível.

Investigação

Devido à situação dos influenciadores, o ministro Dias Toffoli solicitou uma avaliação da Procuradoria-Geral da República (PGR) para decidir se o caso deve

permanecer na Corte ou ser enviado para a primeira instância. As autoridades investigam se as ações configuram crime de tentativa de atrapalhar as investigações financeiras em curso.

Para Matheus Puppe, o cenário jurídico que envolve a contratação de influenciadores para esses ataques é complexo e abrange diversas esferas penais. Ele afirma que a contratação coordenada para atacar as instituições públicas pode, sim, ser enquadrada como organização criminosa. “O contexto digital não descaracteriza a prática, apenas altera o meio de execução, podendo, inclusive, agravar a repercussão do crime, sobretudo quando se utiliza tecnologia para amplificar o impacto”, diz.

Puppe ressalta que a responsabilidade jurídica não se limita a quem posta o conteúdo, mas alcança todos os elos da operação. Os influenciadores podem responder como executores diretos, os financiados, mandantes e agências como coautores ou partícipes e as pessoas jurídicas podem sofrer responsabilização objetiva por atos lesivos à administração pública.

MP pede investigação sobre Master nas eleições

Divulgação



Ministro deve apurar providências sobre doações do Master em campanhas

O Ministério Público pediu ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus a adoção de providências para o exame de eventuais doações feitas pelo Banco Master em campanhas eleitorais. O pedido foi feito pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado no âmbito do processo na Corte de Contas que envolve a instituição financeira.

Em novembro de 2025, o Banco Central (BC) decretou a liquidação extrajudicial do Master. A autarquia citou grave crise de liquidez e comprometimento significativo da situação econômico-financeira do banco, entre outros achados. No TCU, o caso entrou na pauta em dezembro passado, quando o ministro Jhonatan de Jesus deu 72 horas para a autarquia justificar o

que chamou de “medida extrema”.

Desde então, o caso segue no tribunal. A Corte fiscaliza a legalidade do processo de liquidação, sob a relatoria de Jesus, sem perspectiva de reverter o que foi determinado pelo BC. A movimentação provocou críticas à atuação do TCU, com questionamentos sobre os limites da Corte de Contas no processo.

No ofício encaminhado na sexta pelo MPTCU, foi indagado se caberia ao TCU examinar as doações em campanha eleitoral realizadas pelo Banco Master. “Essa análise não apenas poderia trazer maior transparência sobre o financiamento das campanhas eleitorais, mas também contribuir significativamente para um entendimento mais aprofundado do escândalo

envolvendo o caso Master e os diversos atores nele implicados”, defendeu Lucas Furtado.

Direcionamento

No mesmo pedido, o subprocurador-geral reconhece que a Corte de Contas pode entender que essa nova linha na fiscalização é competência da Justiça Eleitoral. Se essa for a conclusão, o ofício pede o acionamento do Ministério Público Eleitoral para que sejam adotadas as providências cabíveis.

“Ao direcionar essa questão para a instância adequada, será possível avançar na apuração dos fatos e na responsabilização de eventuais irregularidades ... Reitero que este caso exige atenção especial e uma atuação firme por parte do TCU,

não apenas para apurar as operações de aquisição de carteiras de crédito pelo BRB, mas também para investigar os desdobramentos que envolvem autoridades públicas e instituições federais”, argumentou Furtado.

A realização da diligência no Banco Central foi acordada em reunião, em janeiro, entre diretores e o presidente do BC, Gabriel Galípolo, o presidente do TCU, Vital do Rêgo, e o ministro Jhonatan de Jesus.

A inspeção de documentos sobre a liquidação do Banco Master faz parte do trâmite instrutório conduzido pela área técnica; em tese, não precisa do aval do plenário. O caso será submetido ao plenário, com o voto do relator, após esse encaminhamento. (Agência Estado)